

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2013 - 2017**-----
----- **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA - TERCEIRA REUNIÃO**
REALIZADA EM UM DE JULHO DE DOIS MIL E CATORZE-----
----- **ATA NÚMERO TRINTA E TRÊS** -----

----- Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Ordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Isabel Drago Lobato, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Cármen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves e Sá, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Maria Cândida Cavaleiro Madeira, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Isabel Cristina Rua Pires, Francisco Maia, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, Álvaro da

Silva Amorim de Sousa Carneiro, António Manuel de Freitas Arruda, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Patrícia Caetano Barata, João Diogo Santos Moura, António José do Amaral Ferreira Lemos e Néelson Pinto Antunes. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à contrário sensu, na alínea d), do nº 1, do artigo 3º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira; -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes; -----

----- Carlos José Pereira da Silva Santos (PCP), tendo sido substituído pela Deputada Ana Carolina Domingues Ambrósio; -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Batuca Lavadinho; -----

----- Carlos Apoim Vieira Barbosa (PSD), tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata; -----

----- Fernando Nunes da Silva (Independente), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Independente Rui Manuel Moreira Simões; -----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos; -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura;-----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Néelson Pinto Antunes;-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), tendo sido substituída pela Deputada Municipal Isabel Pires;-----

----- Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Francisco Maia; -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira; ----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores Catarina Vaz Pinto, José Sá Fernandes, João Afonso, Jorge Máximo, Graça Fonseca, Carlos Castro e Duarte Cordeiro. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Carlos Artur Ferreira de Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte e dois minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, terceira da sessão ordinária iniciada no dia dezassete de junho de dois mil e catorze. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** informou que tinham dois votos de pesar. -----

----- Segue-se a leitura e votação do Voto de Pesar por Luís Fontoura, subscrito pelo PSD e pelo CDS. -----

----- **Voto de Pesar por Luís Fontoura** -----

----- *“Luís Fontoura, natural de Moçâmedes, no sul de Angola era licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor convidado jubilado do ISCSP, onde atualmente presidia ao Conselho de Escola, e Doutor Honoris Causa pela Universidade Técnica de Lisboa.* -----

----- *Luís Fontoura foi secretário de Estado da Comunicação Social em 1981 e para a Cooperação e Desenvolvimento, de 1982 a 1983, no Governo da Aliança Democrática (PSD/CDS/PPM), liderado por Francisco Pinto Balsemão.* -----

----- *Foi vice-presidente do PSD de 1978 a 1983, em 1985 e de 2007 a 2009, entre 1978 e 1983 presidiu também à Comissão de Relações Internacionais do partido.*

Luís Fontoura desempenhava atualmente as funções de Presidente da Mesa do Plenário do PSD Lisboa. -----

----- *Além das funções no Governo, Luís Fontoura presidiu ao Conselho de Administração do ICEP-Instituto do Comércio Externo de Portugal.* -----

----- *No desempenho destes lugares Luis Fontoura constituiu sempre um exemplo de cidadão empenhado em dignificar o nosso País.* -----

----- *À família do Professor Luís Fontoura, a Assembleia Municipal de Lisboa apresenta as mais sentidas condolências.”* -----

----- **VOTAÇÃO** – O Voto de Pesar por Luís Fontoura foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Seguidamente a Assembleia guardou um minuto de silêncio. -----

----- Segue-se a leitura e votação do Voto de Pesar por Joaquim Cândido Leite Moreira subscrito pela mesa, por todos os Grupos Municipais e pelo Deputados Independentes.. -----

----- **Voto de Pesar por Joaquim Cândido Leite Moreira** -----

----- *“Joaquim Cândido Leite Moreira faleceu no passado dia 27 de Junho, aos 59 anos, vítima de doença prolongada.* -----

----- *Foi um lutador exemplar na sua vida pessoal e familiar, no exercício das suas funções como Autarca de Freguesia, no confronto político nacional e partidário, na sua afirmação como dirigente da ANAFRE, responsabilidade que exercia há mais de vinte anos, com especial relevo no desempenho do cargo de Presidente do Conselho Diretivo, para o qual foi eleito no último Congresso da ANAFRE.* -----

----- *Cândido Moreira era um defensor de um Poder Local forte e próximo das pessoas. O seu exemplo cívico, ao serviço das populações, em defesa das causas das Freguesias e na luta por um Estado que assegure a coesão social e territorial serão sempre uma inspiração para a ação política.* -----

----- Para trás fica uma vida dedicada à causa pública e, em particular, às freguesias, às quais dedicou 32 anos. O Poder Local Democrático fica assim mais pobre. -----

----- Atendendo às qualidades humanas, sociais e políticas de Cândido Moreira, assim como ao seu percurso, a Mesa da Assembleia Municipal e os Grupos Municipais propõem à Assembleia Municipal, na sua reunião de 1 de Julho de 2014, que delibere: -----

----- 1) Guardar um minuto de silêncio em memória de Joaquim Cândido Leite Moreira e -----

----- 2) Dar conhecimento deste voto à família de Joaquim Cândido Leite Moreira bem como à ANAFRE.” -----

----- **VOTAÇÃO** – O Voto de Pesar por Joaquim Cândido Leite Moreira foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- Seguidamente a Assembleia guardou um minuto de silêncio. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** lembrou que em Agosto a Assembleia não iria reunir. Lembrou também que as declarações políticas, previstas para aquele dia, tinham sido adiadas para a semana seguinte e que iriam aproveitar o tempo inicialmente destinado às declarações políticas para votarem algumas propostas. Salientou, relativamente à grelha de tempos das declarações políticas, que era uma grelha flexível, que tinha ficado assente, em conferência de representantes, retirar cinco minutos aos quinze inicialmente previstos para perguntas na referida grelha. -----

----- Comunicou que iriam ter reunião nos dias quinze, vinte e dois e vinte e quatro de julho e que a reunião prevista para o dia vinte e nove se encontrava pendente. -----

----- Disse, relativamente à Ordem de Trabalhos daquele dia, que a Proposta duzentos e vinte e três iria ser retirada a pedido da terceira Comissão e com o consenso da Conferência de Representantes. -----

----- Avisou que tinham uma Ordem de Trabalhos muito extensa e que a pedido da quarta Comissão iriam discutir, em conjunto, as dezasseis propostas situadas entre o ponto seis e ponto vinte e quatro daquela Ordem de Trabalhos. Salvaguardou que o debate daquelas dezasseis propostas iria ser feito em conjunto mas que a votação iria ser individual. -----

----- Passou à proposta que se encontrava agendada em primeiro lugar, a Proposta número duzentos e trinta e dois de dois mil e catorze. -----

----- **PROPOSTA N.º 232/2014 - APROVAÇÃO DE ADENDA (MINUTA) AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO N.º 9/CML/DD/2013, CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO ESTRELAS S. JOÃO DE BRITO PARA A REQUALIFICAÇÃO E GESTÃO DO PLANO DE ÁGUA DA PISCINA MUNICIPAL DA PENHA DE FRANÇA E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL,** a qual se anexa à presente ata, em conjunto com o Relatório da Sétima Comissão, como anexos nº1 e nº 1a, respetivamente, e dela são parte integrante -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** saudou os presentes e explicou que na sua opinião aquele processo valorizava a proposta inicial; que beneficiava e ia de encontro às expectativas tecidas pela Reforma Administrativa da Cidade. Alongou que salvaguardava os problemas e as questões identificadas pelo Tribunal de Contas e que aquela proposta consubstanciava e apresentava o detalhe do antes e do depois. -----

----- Salientou que a Freguesia era parte integrante daquele novo contrato e que o prazo de vigência era o período que estava previsto na Lei de base e o recomendado pelo Tribunal de Contas; que eram tecidos os princípios previstos no Código de Contratação Pública, nomeadamente o modelo de execução de obra e o seu acompanhamento e detalhadas as obrigações da Associação revistas naquele contrato. -

----- Explicou que com o atraso na aprovação daquele aquele processo a obra se iria prolongar até dois mil e quinze, pelo que solicitavam a prorrogação da repartição de encargos como forma de assegurar a cabimentação orçamental necessária para aqueles dois anos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** começou por elogiar o modelo de Contrato-programa para o modelo desportivo da Piscina da Penha de França. -----

----- Felicitou as três entidades envolvidas, a Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia da Penha de França e os Estrelas de São João de Brito. Felicitou a Câmara pela sua iniciativa, os Estrelas São João de Brito pela sua perseverança e a Junta de Freguesia pela coragem e entusiasmo colocados naquele projeto. -----

----- Recordou que aquela Piscina havia sido encerrada por motivos de segurança e que iriam celebrar, naquele dia, naquela Assembleia, o esforço e a resposta que tinham levado à sua abertura. -----

----- Sublinhou que não existiam dúvidas de que aquele clube, a Freguesia, a Cidade e os futuros utilizadores daquele equipamento iriam sair vitoriosos de um processo que, salientou, tinha sido muito participado, que tinha conhecido, naturalmente, avanços e recuos, tendo recolhido, no seu final, as recomendações de todos, inclusive as do Tribunal de Contas que tinha, nomeadamente, sugerido que o período de vigência do contrato passasse de doze para quatro anos com uma renovação de três anos e também a existência de um projeto de execução, uma peça absolutamente necessária para o lançamento do concurso. -----

----- Saudou, de forma particular, a inclusão da Junta de Freguesia da Penha de França na qualidade de parceira e gestora e partilhou que aquela Junta tinha aprovado na sua Assembleia, na noite anterior, os compromissos impostos por aquele contrato. --

----- Destacou o novo modelo de financiamento, no qual se encontrava previsto um apoio financeiro com um limite de setecentos e setenta e cinco mil euros, e que o valor efetivo iria ser o resultante da adjudicação da empreitada. -----

----- Terminou sublinhando, com elevada satisfação, que aquele projeto correspondia às intenções dos parceiros envolvidos no Contrato-programa e que se poderia assumir, sem falsas pretensões, que iria ser uma referência para futuros contratos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que, independentemente de apenas irem votar a repartição de encargos, que era necessário

relembrar alguns antecedentes, nomeadamente, o facto de que, no mandato anterior, era uma proposta que obrigava a Câmara a um financiamento que ultrapassava os setecentos mil euros para a reabilitação e funcionamento daquela Piscina e que naquele mandato a vereação se posicionava de outra forma, procurando reduzir a dotação para cerca de quatrocentos e vinte mil euros. Salientou que tinha sido o “Estrelas” a recorrer àquela Assembleia solicitando a reposição da situação do mandato anterior. -----

----- Lembrou que tinham votado contra aquela proposta no mandato anterior explicando que o tinham feito porque remetia a totalidade da responsabilidade para o “Estrelas”, uma responsabilidade que o PCP entendia ser da Autarquia. -----

----- Comentou que o Grupo Municipal do PCP tinha recebido o “Estrelas” e que tinham proposto àquela Assembleia uma Moção, que tinha sido aprovada em fevereiro, solicitando que a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude acompanhasse aquele processo. -----

----- Salientou o trabalho desenvolvido por aquela Comissão, promovendo a integração da Junta de Freguesia naquele processo. -----

----- Declarou que o PCP se mantinha coerente com a posição assumida anteriormente e frisou que deveria de ser o Município a assumir aquela responsabilidade. Destacou, no entanto, os aspetos positivos face à situação criada, nomeadamente na reabilitação, na recuperação da dotação anterior e da melhoria das condições necessárias a uma boa reabilitação e de um bom funcionamento ao serviço dos fregueses e da Cidade e que, naquele sentido, se iriam abster naquela proposta. ----

----- Constatando não existirem intervenções, a **Senhora Presidente** submeteu à votação a Proposta nº 232/2014.-----

----- **VOTAÇÃO** – a **Proposta nº 232/2014** foi **aprovada por maioria** com os **votos a favor** do PS, do PSD, do MPT, do CDS-PP, do PAN, do PNPN e de 4 IND e com as **abstenções** do PEV, do BE e do PCP.-----

----- **PROPOSTA N.º 233/2014 - APROVAR A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE TAXA DE OCUPAÇÃO DEVIDA PELOS COMERCIANTES DO MERCADO DA RIBEIRA NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE,** a qual se anexa à presente ata como anexo nº2 e dela faz parte integrante. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** começou por dizer que aquela Proposta era simples. Disse que tinham feito obras no Mercado Ribeira, transformando-o naquilo que já era visível. -----

----- Referiu que as obras tinham, naturalmente, prejudicado os comerciantes mais antigos e que por isso a Câmara considerava justo suspender o pagamento da taxa de ocupação devida por aqueles comerciantes no período correspondente aos das obras. --

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Chambre (PS)** disse que o PS considerava aquela Proposta consensual. Realçou o respeito que Câmara Municipal tinha pelo conjunto de mercados da Cidade de Lisboa, um tecido económico muito importante para a Cidade e, fundamentalmente, o respeito demonstrado pelo conjunto de comerciantes dos vários mercados, face ao transtorno daquelas intervenções. Realçou, também, a relação simbiótica que a Autarquia tinha com os comerciantes. ----

----- **O Senhor Deputado Victor Gonçalves (PSD)** referiu que aquela Proposta visava um objetivo que era, em princípio, pacífico. Disse que se tratava de beneficiar os comerciantes pelo incómodo causado pelo desenvolvimento prolongado da zona da Ribeira das Naus. -----

----- Recordou que o PSD tinha, relativamente àquela zona, uma visão que designou de magnífica., Assumi que todos se deveriam de recordar da apresentação da Frente Tejo referente àquela zona, o relançamento e melhoramento de toda aquela zona; que todos se deveriam de recordar das duas, três, ou mais inaugurações que a Ribeira das Naus tinha tido e que todos se deveriam de recordar da inauguração, muito próxima das eleições anteriores, do trajeto. -----

----- Assumi todos se recordavam das confusões feitas na recuperação e na reabilitação daquela zona, e considerou que, por isso, era um facto que os comerciantes tinham sido, e continuavam a ser, altamente lesados pela incúria da Câmara Municipal de Lisboa. Considerou, também, que era lógico que, para colmatar a incúria, a Câmara Municipal de Lisboa isentasse os comerciantes do pagamento das taxas. Informou que o PSD iria votar a favor. -----

----- Constatando não existirem intervenções, a **Senhora Presidente** submeteu à votação a Proposta nº233/2014. -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 233/2014 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **PROPOSTA Nº 236/2014 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AS ALTERAÇÕES ÀS REGRAS DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DE LISBOA – AGREGADOS FAMILIARES**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº3 e dela faz parte integrante

----- **O Senhor Vereador João Afonso** disse que aquela Proposta procurava dar resposta a duas circunstâncias distintas, nomeadamente à alteração do mapa das Juntas de freguesia da cidade de Lisboa e ao conjunto de observações tecidas pelas próprias juntas, designadamente, constrangimentos operacionais e constrangimentos naquilo que se encontrava definido no próprio Fundo. -----

----- Salientou que tinham alterado, para dez mil euros, a verba de cabimento inicial, para todas as freguesias que pretendessem implementar aquele Programa, com um reforço posterior de cinco mil euros. Aproveitou para explicar que numa fase inicial, e à medida que as tranches fossem sendo aplicadas, as juntas de freguesia poderiam solicitar, mediante a apresentação de relatórios, o valor restante.-----

----- Expressou que, no fundo, era uma tentativa de melhorar um sistema pré-existente, aprovado e definido por aquela Assembleia. -----

----- A **Senhora Presidente** informou que aquela Proposta tinha um parecer da sexta Comissão, o qual se anexa à presente ata como anexo nº 4 e dela faz parte integrante. ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira**, Presidente da Sexta Comissão, disse, enquanto relator, que aquela Comissão se tinha congratulado, unanimemente, com as alterações que a Autarquia propusera àquela Proposta. Partilhou que tinham votado favorável e unanimemente a mesma e que tinham recomendado uma flexibilização das regras, de forma a abranger um maior número de famílias.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (Independentes)** começou por saudar, relativamente à Proposta número duzentos e trinta e seis, que visava apreciar as alterações ao Fundo de Emergência Social-Famílias, o esforço da Câmara Municipal em suprimir necessidades pontuais e extraordinárias das famílias lisboetas em dificuldades, sobretudo nas áreas que ainda careciam de apoio por parte da rede social. -

----- Revelou que, dado carácter supletivo daquele apoio, era impossível retirar do limiar da pobreza agregados com uma situação social mais complexa e que nunca era demais recordar a responsabilidade do Estado e, principalmente, daquele Governo naquela matéria, bem como o impacto negativo que se tinha gerado para muitos agregados familiares pela contração e crescente limitação dos apoios sociais existentes.

----- Considerou, por isso, aquele Grupo, que aquela era uma iniciativa positiva e reconheceram também o papel das Juntas de Freguesia na concessão daquele apoio, quer pelo conhecimento que tinham, devido à relação de proximidade, quer pela capacidade de articulação e encaminhamento para outras instituições parceiras locais. ---

----- Valorizaram, também, a dedução de encargos vários suportados pelos agregados, o que iria permitir uma análise mais ponderada do rendimento disponível dos agregados e, saudaram o alargamento das despesas ilegíveis para apoio através do Fundo de Emergência Social, facto que iria permitir um maior número de respostas a um maior número de situações, nomeadamente no aos encargos com a educação e géneros alimentares básicos dizia respeito. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** começou por dizer que o PCP saudava a Câmara Municipal de Lisboa por aquela alteração que iria permitir a legibilidade de um maior número de despesas e sublinharam que a desresponsabilização do Estado naquela matéria, nomeadamente em relação à questão de atribuição de prestações sociais, submetendo-as, todas, a condição de recursos, estava a ter consequências gravosas na vida das famílias lisboetas.-----

----- Salientou também que a responsabilidade da diminuição brutal das prestações sociais era também, ou vinha, do Governo PS, nomeadamente do Decreto-lei número setenta de dois mil e dez, assinado pelo Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, que tinha retirado, de uma só vez, o abono de família, a mais de um milhão e quinhentas mil crianças, ao ter sujeitado aquela prestação não apenas a uma condição de recursos diferentes como também por a ter feito depender de outros rendimentos que, naquela altura, ainda não constavam, dificultando, asseverou, o acesso ao abono de família, ao subsídio de desemprego, ao subsídio de maternidade. Acrescentou que tinha também eliminado e revogado do rendimento social de inserção a majoração das prestações, quer às mulheres grávidas, quer aos dependentes deficientes.-----

----- Considerou que aquelas alterações eram todas positivas e, não obstante o facto de a Câmara Municipal ter de prestar aquele apoio, não substituindo, de forma alguma, o Estado central, deixou duas notas, designadamente uma relacionada com a terminologia utilizada no próprio regulamento e, solicitou ao Senhor Vereador que tivesse cuidado na terminologia jurídica utilizada, explicando que era algo que poderia impedir as pessoas de acederem àquela prestação e, a segunda, na senda daquilo que havia sido a recomendação da própria comissão, um maior aprofundamento das despesas

consideradas ilegíveis para que as famílias pudessem recorrer àquele apoio social, sugerindo, nomeadamente, as despesas de saúde, dando como exemplo o pagamento, de vinte euros, da taxa moderadora que não era dedutível naquele regulamento. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** disse que aquele Grupo Municipal felicitava a Câmara Municipal de Lisboa pela apresentação daquela Proposta.

----- Disse que Partido Socialista se congratulava com a manutenção do Fundo de Emergência Social, uma medida, na sua opinião muito positiva, do anterior mandato que muito tinha ajudado as famílias da cidade de Lisboa a colmatar os efeitos da crise. --

----- Mencionou que a criação daquele Fundo era uma maneira de lutar contra a exclusão social e o empobrecimento das famílias da Cidade e que a sua existência permitia ajudar os lisboetas que, pelo mais diversos motivos, se viam confrontados com situações de carência económica. -----

----- Classificou, o PS, positivamente a decisão de manter a gestão do Fundo nas Juntas de Freguesia, por serem o órgão mais próximo do cidadão, por possuírem uma maior proximidade com as famílias, possuindo assim um conhecimento mais profundo das suas necessidades e podendo avaliar de forma mais criteriosa e completa a aplicabilidade do Fundo. -----

----- Acrescentou que as Juntas de Freguesia eram a entidade à qual a população acorria em primeira instância e estavam a ser a grande almofada naqueles conturbados tempos de crise. Referiu que muitas já tinham o seu próprio fundo e que aquele Fundo Municipal iria ser um importante reforço ao apoio social. -----

----- Felicitou, o Partido Socialista, aquele Executivo camarário pela sua preocupação em incrementar o Fundo de Emergência Social alargando-o a um maior número de famílias. -----

----- Referiu que se em dois mil e onze aquela Assembleia tinha considerado importante a criação daquele fundo, em dois mil e catorze a importância tinha aumentado, a par com o agravamento entretanto verificado nas condições sociais. Disse que as verbas propostas aumentavam as despesas ilegíveis, bem como as situações familiares abrangidas, facultando o acesso a um maior número de famílias, algo que considerou bastante positivo. -----

----- Comunicou que, face ao exposto, aquele Grupo Municipal iria votar favoravelmente aquela proposta. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** disse, relativamente àquela Proposta, que previa a continuidade do Fundo de Emergência Social, para aquele e para os anos seguintes daquele mandato autárquico, que entendiam ser completamente esclarecedor o texto do parecer produzido e apresentado àquela Assembleia, um texto que tinha, inclusive, merecido a aprovação unânime quanto aos seus antecedentes, pela Sexta Comissão para os Direitos Sociais e Cidadania, tendo avultado nas conclusões uma avaliação muito positiva da continuidade da existência daquele Fundo que, se defeitos tinha, era o vir tarde e o ser curto nas verbas disponibilizadas. -----

----- Recomendou também, a Comissão, que o esforço de aperfeiçoamento fosse prosseguido pelas condições de ilegibilidade das famílias de forma a abranger um maior número de pessoas em estado de necessidade. -----

----- Considerou premente o alívio do processamento burocrático, intrínseco às aplicações do fundo, um obstáculo evidente à sua melhor taxa de execução, de forma a permitir uma mais célere ação por parte das Juntas, que tinham uma capacidade de intervenção superior, reconhecida por aquela Proposta.-----

----- Referiu que a aquela Proposta também alertava para a necessidade de flexibilizar e de simplificar as regras que nem sempre eram, salientou, acompanhadas pelas respetivas disposições.-----

----- Disse que o Senhor Vereador João Afonso, que tinha tido a presciência e a pertinácia de promover a continuidade daquele projeto, poderia, eventualmente, encontrar em algumas considerações daquele parecer, pistas que o ajudassem a melhorar ainda mais o desempenho daquele Fundo, no seu objeto de minorar situações de vulnerabilidade e emergência social, que em boa hora a Câmara apresentara àquela Assembleia.-----

----- **A Senhora Presidente** informou que o Senhor Vereador João Afonso estava a verificar, em conjunto com a Senhora Deputada Lúcia Gomes, quais eram, especificamente, as expressões contidas naquele Regulamento que não obedeciam à terminologia legal. Sugeriu que, e no caso de se tratar apenas um problema de acerto, que se votasse aquela Proposta tal como estava, recomendando à Câmara que efetuasse as correções necessárias evitando assim que a Proposta tivesse de regressar àquele Plenário.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Drago (BE)** começou por dizer que o Bloco de Esquerda não podia deixar de saudar e assinalar aquela iniciativa referente à alteração do Regulamento, uma alteração que iria permitir acolher muitas das dificuldades das famílias, residentes no Concelho de Lisboa.-----

----- Partilhou que no entender do Bloco de Esquerda a questão do combate à pobreza na cidade de Lisboa deveria de ser uma das prioridades daquele Executivo.-----

----- Mencionou a lógica, absolutamente punitiva e violenta com que aquele Governo tratava alguns segmentos sociais, atacando um conceito que era, no seu entender, basilar numa sociedade democrática, nomeadamente a irradicação da pobreza e a redistribuição da riqueza. Salientou que o Senhor Vereador João Afonso conseguira, através daquela iniciativa, mostrar que aquele Executivo conseguia ter políticas pró-ativas, e que se olhassem para as taxas de execução do Fundo de Emergência Social, daqueles últimos anos, facilmente se verificava que o sistema em vigor até àquela data não estava a funcionar.-----

----- Saudou, o BE, aquela iniciativa e referiu que o Orçamento que iriam discutir não era, no entender do Bloco, suficiente para responder, de facto, ao problema de pobreza que se tinha instalado na Cidade. Assinalou que naquele dia também iriam discutir a atribuição de vários milhões para a contratualização do cuidar dos jardins de Lisboa, duas matérias obviamente diferentes, mas que não deixava de levantar uma questão sobre quais deveriam de ser as prioridades de um Governo nos momentos de crise e de dificuldade.-----

----- Constatando não existirem mais intervenções a **Senhora Presidente** colocou a Proposta número duzentos e trinta e seis à votação recomendando que a Câmara fizesse

as correções de terminologia, decorrentes das alterações legais e, acrescentou uma recomendação, sugeriu que, caso a Proposta fosse aprovada, se republicasse a redação final do Regulamento do FES em Boletim Municipal e fosse enviada uma cópia àquela Assembleia. -----

----- **VOTACÃO** – a Proposta nº 236/2014 foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PROPOSTA Nº 222/2014 - APROVAR SUBMETER À APRECIACÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA “ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS LISBONENSES”, APROVADAS NO ÂMBITO DAS DELIBERAÇÕES N.ºS 385/CM/2006 E N.º 57/AML/2006, NOS TERMOS DA PROPOSTA,** a qual se anexa à presente ata como anexo nº5 e dela faz parte integrante. -----

----- A **Senhora Presidente** informou que tinha sido solicitado um parecer à oitava Comissão, que era a Comissão responsável pelas questões de mobilidade e segurança, o qual se anexa à presente ata como anexo nº 6 e dela faz parte integrante. -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** disse que a Proposta dizia tudo. Reforçou que era uma questão antiga, com duas décadas, uma questão de passagem do terreno que os Bombeiros Voluntários Lisbonenses tinham próximo do Bairro das Furnas para o Bairro de Santos. -----

----- **VOTACÃO** – a Proposta nº 222/2014 foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PROPOSTA Nº 173/2014 - APROVAR A TRANSMISSÃO PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, A TÍTULO GRATUITO, DE UMA PARCELA DE TERRENO PARTICULAR, COM A ÁREA DE 762,66M2, SITA NA ESTRADA DE TELHEIRAS E APROVAR SUBMETER À APRECIACÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA MESMA PARCELA,** a qual se anexa à presente ata como anexo nº 7 e dela faz parte integrante. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** estranhou que não estivesse ninguém, por parte da Câmara, para apresentar aquela Proposta. Partilhou que aquela Proposta tinha sido falada na Terceira Comissão e que tinham decidido, por unanimidade, que aquela Proposta deveria de baixar à Terceira Comissão para apreciação e para que a Câmara pudesse esclarecer as dúvidas que aquela Proposta suscitava. -----

----- Asseverou que as dúvidas suscitadas eram muitas e que urgia esclarecer aquilo que se encontrava por detrás daquela doação. -----

----- Resumiu que se tratava de um monumento que tinha sido adquirido por uma instituição, o Colégio Mira Rio de Telheiras, um monumento que iria ser, em parte, destruído, salientando que também não se conheciam as condições em que o iriam fazer, e que existia uma parcela que iria ser doada à Câmara e que, segundo a própria Câmara, a referida parcela apenas seria doada se existisse um projeto aprovado. -----

----- Revelou que desconheciam se o projeto de arquitetura se encontrava aprovado ou não, uma vez que não existia nenhuma referência aquele assunto nos documentos apresentados. -----

----- Acrescentou que a própria proposta também referia, e passou à leitura, num esforço de reforçar as dúvidas que aquela Proposta apresentava, “no pressuposto de se verificar a aprovação do processo 266/EDI/2013, achar-se-ão reunidas condições para se iniciar o processo de regularização patrimonial que viabilize a proposta e consequente submissão de uma proposta à aprovação dos órgãos municipais”. Sublinhou que aquele trecho dizia que *só depois de aprovados* e que nada indicava que já tivesse aprovado.-----

----- Salientou ainda que os pareceres subsequentes, dos vários Diretores Municipais, intervenientes naquele processo, iam, também, naquele sentido.-----

----- Alertou que não tinham nenhuma garantia e transmitiu àquele Plenário, a pedido da Comissão, que aquela Proposta deveria baixar à Comissão pelas dúvidas que suscitava.-----

----- Solicitou à Senhora Presidente que submetesse a questão àquele Plenário, se aquela Proposta deveria ou não baixar à Terceira Comissão. Notou que nem o Senhor Vereador, nem o Senhor Presidente ou Vice-Presidente estavam presentes para apresentar aquela Proposta.-----

----- **A Senhora Presidente** salientou que o processo de licenciamento referido pelo Senhor Deputado estava aprovado pela Câmara, através da Proposta 34/2014 e que constava no processo.-----

----- Disse que o Senhor Vereador Duarte Cordeiro estava, na ausência do Senhor Vereador Manuel Salgado e do Senhor Presidente, em condições de esclarecer as dúvidas suscitadas.-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** disse que seria possível a presença do Senhor Vereador Manuel Salgado e que se poderia, caso aquele Plenário concordasse, adiar a discussão daquele ponto para um melhor esclarecimento por parte do Arquiteto Manuel Salgado.-----

----- **A Senhora Presidente** sublinhou que uma das dúvidas suscitadas deixara de fazer sentido uma vez que já se tinha comprovado a aprovação do Projeto de Licenciamento em Câmara.-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** reforçou o que havia sido dito pela Senhora Presidente acrescentando que a Proposta nº 34/2014 tinha sido aprovada em reunião de Câmara a dezanove de fevereiro.-----

----- **A senhora Presidente** disse que iria dar a palavra aos restantes deputados inscritos e que se mantinha de pé o pedido do Senhor Presidente da Terceira Comissão de que aquela Proposta fosse discutida pela Terceira comissão antes da sua apreciação em Plenário.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** disse que “Os Verdes” se encontravam disponíveis para votar a Proposta nº 173/2014 necessitando, no entanto, de alguns esclarecimentos prévios do Vereador do Urbanismo, que não se encontrava presente.-----

----- Resumiu que naquela Proposta, a Câmara pretendia que aquela Assembleia aceitasse a afetação ao domínio público de uma parcela de terreno e que aquela proposta decorria de uma outra, a proposta número trinta e quatro de dois mil e

catorze, no qual a Câmara aprovava um pedido de licenciamento para a edificação de um novo Colégio Mira Rio, na sequência da aquisição dos prédios urbanos à EPUL e que todo aquele projeto visava uma vasta ampliação para uso escolar do convento anexo à igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu, um templo que tinha sido recuperado pela EPUL entre dois mil e quatro e dois mil e cinco. -----

----- Revelou que “Os Verdes” estranhavam que fosse aquela a solução encontrada por aquele Executivo e que não tivessem dado seguimento a um outro uso, considerado mais prioritário sugerido pela Associação de Residentes e pelo Centro Cultural de Telheiras, nomeadamente, residências seniores. -----

----- Partilhou que a *Art* tinha conduzido um concurso de ideias para a reabilitação de espaços vazios no bairro, um concurso que tinha contado com a presença de, entre outros, Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Ribeiro Teles. Disse que os projetos tinham sido entregues numa cerimónia pública que se tinha realizado na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro ao, então, Presidente da EPUL e ao Senhor Vereador Manuel Salgado, em dez de maio de dois mil e oito e aos quais a vereação tinha feito “orelhas moucas”. -----

----- Sublinhou que a Câmara não clarificava em nenhuma das Propostas, números trinta e quatro ou cento e setenta e três, as condicionantes urbanísticas nem de reorganização de espaço público circundante, incluindo o previsto incremento de usos sobre a mobilidade e acessibilidades públicas, a futura circulação do transporte privado ou, sequer, as implicações para os moradores dos circundantes edifícios residenciais. -----

----- Realçou que mesmo em frente se situava, no passeio oposto, a sul, as instalações da Escola Alemã e, do lado norte, os acessos à estação do metro de Telheiras, sendo naquele momento uma zona congestionada. Disse ainda que, segundo a Proposta número trinta e quatro de dois mil e catorze, aquele futuro colégio Mira Rio se iria destinar a um equipamento escolar e, acrescentou, em nome daquele Grupo Municipal, semi-interno e exclusivamente feminino para todos os ciclos de ensino, nomeadamente, creche, pré-escolar, primeiro, segundo e terceiro ciclos. -----

----- Salientou que, segundo informações da Câmara, a capacidade prevista era de oitocentas e sessenta alunas e questionou como é que a Câmara iria resolver a questão fulcral de circulação e estacionamento das centenas de viaturas privadas que iriam levar e buscar as crianças e adolescentes daquele Colégio. -----

----- Referiu que a entrada principal do Colégio iria ser feita pela estreitíssima, e de sentido único, Estrada de Telheiras número cento e treze junto à Igreja, pelo que o PEV questionava, se a Câmara pretendia restringir aquele acesso para usufruto do Colégio interditando aquela Rua aos moradores de Telheiras. -----

----- Relativamente à interação social dos equipamentos escolares, recordou que a Escola Alemã disponibilizava, de forma condicionada, o acesso ao seu auditório, à piscina e ao relvado para atividades da comunidade local. Questionou se aquele Colégio Mira Rio iria funcionar num espírito semelhante ou se iria optar por se isolar do bairro atuando como um condomínio fechado. -----

----- Falou das informações dos serviços contidas no anexo um daquela proposta, referindo um conjunto de falhas que careciam das necessárias correções, nomeadamente desde o valor previsto e as estimativas de custo da obra, a área útil total, ao valor da superfície permeável e, entre outros, a área destinada ao estacionamento de uso descoberto, às condicionantes arqueológicas e o projeto urbanístico do convento que se desconhece.-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** disse que a informação que lhe cumpria naquele processo era que a Câmara Municipal aceitava a cedência, a título gratuito, do terreno de setecentos e sessenta e dois vírgula sessenta e seis metros quadrados com o objetivo de criar passeios arborizados e lugares de estacionamento público correspondentes à envolvente daquele novo equipamento escolar. Concluiu que que objetivo era muito evidente.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** disse, em relação àquela Proposta e ao esclarecimento dado pelo Senhor Vereador, que tinha sido, de facto, aprovada, mas de forma condicionada. Explicou que, de acordo com as informações dos serviços, aquela doação só deveria de ter lugar quando a obra estivesse finalizada, antes da passagem de licença de utilização e que aqueles eram os pareceres com os quais o Senhor Vereador Manuel Salgado concordava e que se concordava com aqueles pareceres não podia submeter aquela proposta à Câmara antes de estar concluído o processo com o qual concordava.-----

----- Acrescentou, que independentemente daquelas circunstâncias e atendendo ao facto de ser uma doação, aparentemente, pacífica, que aquilo que estava em causa era aquilo que já havia sido mencionado por outros deputados, mais especificamente, o que é que se iria fazer no edifício, no conjunto edificado do antigo Mosteiro, que era, salientou, classificado e como é que se iria proceder à construção e à utilização daquele equipamento. Frisou que era uma mera explicação que a Comissão desejava que fosse feita e admitiu que iriam, ou desejavam, aceitar as explicações do Senhor Vereador, mas que não podiam, sublinhou, aprovar a Proposta sem aquelas explicações.-----

----- **A Senhora Presidente** resumiu que existiam dúvidas suscitadas pela Terceira Comissão e que o Senhor Deputado Vítor Gonçalves considerava que as explicações dadas pela Câmara eram insuficientes. Disse que aquilo que se encontrava realmente em causa não era o que se iria construir no terreno ao lado, porque não era, sequer da competência daquela Assembleia, salientando que a competência daquela Assembleia era decidir se aceitavam aquela proposta da Câmara, referente à doação de uma parcela de terreno para domínio municipal.-----

----- Salientou que tinham uma questão prévia. Referiu que a mesa tinha entendido que aquela Proposta não carecia de apreciação por parte da Terceira Comissão, mas que o Senhor Presidente da Terceira Comissão entendia que aquela Proposta deveria de ser analisada por aquela Comissão. Recordou que o assunto tinha sido debatido na Conferência de Representantes e que na altura nada havia sido sugerido no sentido de aquela Proposta baixar à Terceira Comissão, mas que, evidentemente, todos os

Senhores Deputados e todos os Senhores Presidentes de Comissão tinham o direito de contestar as opiniões da mesa. -----

----- Entendeu que deveria questionar os Senhores Deputados relativamente àquele ponto, se consideravam que aquela Proposta deveria de ser apreciada pela Terceira Comissão antes de ser votada ou se, pelo contrário, dispensavam aquele parecer. -----

----- **A Senhora Presidente** questionou aquela Assembleia, quis saber se consideravam necessário que aquela Proposta baixasse à Terceira Comissão antes de ser votada. -----

----- Tendo aquele Plenário deliberado que aquela Proposta fosse apreciada pela Terceira Comissão, com os **votos contra** dos Deputados Independentes, com a **abstenção** do CDS-PP e do PS e com os **votos a favor** do PSD, PAN, PSD, MPT, 6 (seis) do PS, PCP, PEV, BE e PNPN -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a Proposta não iria ser votada, que iria ficar pendente, que ficaria a aguardar o parecer da Terceira Comissão. -----

----- **PROPOSTA 162-A/2014 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL ALTERAÇÕES À PROPOSTA N.º 162/2014, QUE PROCEDE À ALTERAÇÃO DA POSTURA MUNICIPAL SOBRE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA,** a qual se anexa à presenta ata como anexo nº 8 e dela faz parte integrante. -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** disse que aquela Proposta, relativa à alteração da postura municipal sobre toponímia, se prendia a dois fatores, nomeadamente, a adaptação daquela postura às alterações que tinham sido introduzidas com a Reforma Administrativa e que tinha, naquele sentido, sido necessário retirar algumas normas relativas a competências transferidas para as juntas; atualizar algumas disposições relativas à composição e competências da Comissão Municipal de Toponímia; introduzir alguns princípios orientadores na atribuição de topónimos bem como, propor a aprovação de um guia de apoio à gestão do Parque de Placas Toponímicas. -----

----- Referiu que aquelas alterações também se inseriam num contexto mais vasto relacionado com o facto de Lisboa ser, naquela altura, uma Cidade consolidada e de existir, por aquele motivo, escassez de arruamentos para atribuição de topónimos e, por outro lado, pelo facto de se ter verificado um aumento exponencial de atribuição de topónimos. -----

----- Explicou que viviam numa Cidade mediática e comunicacional e que por isso se estava a registar um número cada vez maior de pedidos de topónimos que não era possível de satisfazer e que, naquele sentido, existiam um conjunto de princípios que a anterior Comissão Municipal de Toponímia tinha aplicado e que estavam naquele momento a serem vertidos para a postura, para atingirem um outro grau de eficácia e, também, para serem divulgados para o público em geral, para consciencializarem as pessoas de que existiam muitas formas de preservação da memória, das pessoas, dos locais, dos eventos importantes na Cidade. Disse que era, naturalmente, importante preservar a memória da Cidade, uma função de todos, e que deveriam, a partir daquele momento, pensar numa forma de memória mais vasta, uma forma que não se

resumisse apenas à toponímia mas que considerasse também outras formas de reconhecimento.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves**, relator de Sétima Comissão apresentou o Parecer emitido por aquela Comissão à Proposta 162-A/2014, o qual se anexa à presente ata como anexo nº 9 e dela faz parte integrante.-----

----- Começou por dizer que a Sétima Comissão tinha analisado e se tinha debruçado sobre aquela Proposta de revisão de Postura Municipal sobre Toponímia. -----

----- Assinalou que tinham uma oportunidade única para acertar elementos relevantes de uma temática que muito importava à cidade de Lisboa. Acrescentou que não só a Reforma Administrativa colocava oportunidades e, também, desafios naquele domínio como, também, o problema da escassez de arruamentos, que já tinha sido identificado pela Senhora Vereadora, poderia ser encarado na tentativa de resolução das dificuldades que a memória pública convocava naquela discussão.-----

----- Comunicou que a Comissão procurara fazer um levantamento quer analisando os aspetos referidos na proposta de postura, quer fazendo uma identificação de outras temáticas que poderiam ser abordadas e, partilhou que tinham chegado a um balanço generalizado sobre tarefas novas para as quais as juntas de freguesia poderiam ser chamadas a desempenhar nas suas novas funções. -----

----- Enquadrou, em primeiro lugar, aquela realidade numa definição e num levantamento exaustivo articulado entre o Município e as freguesias relativamente aos locais que ainda se encontravam sem denominação toponímica, considerando que aquele era um aspeto relevante numa futura abordagem para homenagens públicas. ----

----- Disse que por outro lado também importava verificar e definir critérios que permitissem ponderar a possibilidade de destacamento de novos arruamentos partindo dos arruamentos existentes, considerando a multiplicidade de vias na cidade de Lisboa muitas das quais nem sempre evidentes pela sua natureza irregular e que facilmente se compadeceriam com uma reorganização, também, libertadora de novos arruamentos para a toponímia e, também, aproveitar para encarar por um lado a integração de zonas anteriormente integrantes do Concelho de Loures, mas também a integração global da gestão sobre a competência Municipal da totalidade do Parque das Nações, salientando o facto de haver uma realidade própria toponímica no Parque das Nações. Declarou que era relevante tentar uma uniformização de normas, que não prejudicasse a realidade existente e facilitasse a identificação de critérios, até àquele momento, pouco uniformizados. -----

----- Salientou que era importante identificar a denominação duplicada, de situações em que se tivesse verificado a utilização de uma mesma figura ou de um mesmo evento para batizar um arruamento. Referiu que num momento de escassez se poderia justificar opções de alteração de designação. Destacou que Comissão de Toponímia procurara sempre uma solução alternativa, enfeitando aquela opção. Sustentou que, na sua opinião, se deveria ponderar, sempre como último recurso, a possibilidade de se atribuírem novos nomes, justificados através de situações de carências ou ausências de novos arruamentos. -----

----- Saudou a presença, na nova composição da Comissão de Toponímia, de representantes de uma junta de freguesia, que a Assembleia iria designar. -----

----- Referiu que a anterior Reforma Administrativa da Cidade, das Instituições do Ensino Superior, tinha trazido uma nova realidade, uma realidade que não podiam descurar. Sugeriu uma interação com as muitas instituições, quer fossem do Ensino Superior, Associações de Residentes, quer fossem outras Instituições Científicas e culturais da Cidade, parcerias – alongou - que ajudassem a construir as decisões que a Cidade iria tomar relativamente às homenagens públicas realizadas através da toponímia.-----

----- Defendeu a uniformização do Guia de Apoio à Gestão e, também, a uniformização de critérios que permitissem, às juntas, uma atuação compatível com a prática Municipal utilizada até àquele momento. Explicou que naquele momento tinham seis tipos de placas de toponímia identificadas, em termos de modelo, às quais acresciam algumas que, não estando formalmente identificadas, ficariam através daquela Proposta. -----

----- Resumiu que se tinham formulado, sinteticamente, dez sugestões, dez recomendações e que se tinha aproveitado a oportunidade para rever de forma abrangente, eventualmente, até, com um normativo novo; fazer o levantamento exaustivo de toda a disponibilidade de arruamentos na Cidade; caminhar no sentido de procedimentos mais céleres, que a postura procurava abordar e que a Proposta formulada pela Vereação também procurava responder e, reforçar a ligação às comunidades locais fazendo refletir, também, figuras locais na tarefa de designação e de batismo de arruamentos da cidade de Lisboa. -----

----- Mencionou a utilidade de uma política de memória valorizadora dos espaços relevantes da cidade de Lisboa, se possível, em articulação com a estratégia para a toponímia e a ponderação de métodos alternativos de homenagem face à escassez de arruamentos existentes o que seria, no futuro, seguramente uma necessidade.-----

----- Referiu o Guia de Apoio à Gestão que, da perspetiva das juntas de freguesia, era particularmente relevante para uma continuidade e uniformidade de critérios para que não apenas os cidadãos conseguissem receber da toponímia o elemento fundamental, que era saber onde se encontravam, como, também, terem uma dimensão estética associada a uma marca própria de determinados bairros da Cidade.-----

----- Revelou que tinham registado, com muito agrado, as palavras da Senhora Vereadora e a disponibilidade manifestada para a continuação daquele trabalho, no sentido da Câmara Municipal de Lisboa e aquela Assembleia poderem imprimir uma importante reforma que iria acompanhar e complementar as outras reformas que tinham tido lugar na cidade de Lisboa naqueles últimos anos.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que não tinham inscrições. Resumiu que a Sétima Comissão tinha feito um trabalho bastante profundo sobre aquela Proposta, que tinha apresentado um relatório desenvolvido, com uma série de recomendações e que a Senhora Vereadora se encontrava disponível para alterar aquela Proposta, no sentido de acolher uma maioria daquelas recomendações. Salientou que, no entanto, a alteração não se encontrava presente, naquela altura, pelo que a mesa propunha uma

recomendação, que aquela Assembleia aprovasse que a Câmara retirasse aquela Proposta, que a reformulasse, com base no relatório emitido pela sétima comissão, e a reenviasse àquele Plenário. Resumiu que não iriam colocar à votação a Proposta tal como se encontrava, mas iriam propor uma recomendação naquele sentido, que revelava a existência de um trabalho importante feito por aquela Assembleia no sentido de melhorar e aprofundar aqueles instrumentos tornando-os mais úteis para todos. -----

----- A mesa recordou que aquela era uma matéria muito importante, não apenas em termos de memória e de identidade mas, também, em termos de coisas tão simples quanto o direito à morada e o direito à orientação na Cidade. -----

----- Clarificado o sentido de recomendação da mesa, e não se tendo registado pedidos de palavra, a Mesa colocou à votação aquela Recomendação, tendo aquele Plenário decidido **aprová-la por unanimidade**. -----

----- **PROPOSTA 269/2014 - LANÇAMENTO DE NOVO PROCEDIMENTO PARA A “CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA AO ABRIGO DO DISPOSTO DO DECRETO-LEI Nº 29/2011, DE 28 DE FEVEREIRO, PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA SEMAFÓRICO DO MUNICÍPIO DE LISBOA”**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 10 e dela faz parte integrante. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** disse que era uma Proposta simples, que se tratava de um concurso de lançamento que visava a redução do custo e a melhoria da eficiência energética nos semáforos. -----

----- Explicou que existiam mecanismos que permitiam a eficiência energética nos semáforos em cerca de noventa por cento, nomeadamente através da mudança de lâmpadas por “Led’s”. -----

----- Elucidou que aquele pacote era para todos os semáforos de Lisboa que ainda não tinham aquele sistema e, em seguida, esclareceu que já existiam muitos com aquele sistema implantado, uma experiência que lhes permitia afirmar que aquele sistema resultava. -----

----- Resumiu que era uma proposta positiva para a cidade de Lisboa uma vez que visava a poupança energética e a diminuição no custo da fatura com os semáforos. -----

----- Salientou que tinham recorrido a um mecanismo previsto na Lei, com legislação elaborada por aquele Governo, que permitia aquele tipo de contratação no qual a diferença do investimento era pago através da diferença da fatura, pela diminuição do custo energético em causa. -----

----- Mencionou que o “payback” iria depender das propostas que fossem apresentadas, mas que se previa que o investimento estivesse pago em três ou cinco anos. Sublinhou que assim que o investimento estivesse pago a poupança seria de noventa por cento. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** começou por dizer que aquela Proposta pretendia avançar com um projeto-piloto na área da iluminação

pública, que era, aliás, um projeto pioneiro e o lançamento de um tipo de contratação também pioneira no país. -----

----- Transmitiu que a iluminação pública tinha um perfil de consumo que correspondia a uma fatia muito grande do consumo elétrico da Cidade e que o sistema de semáforos, pela natureza do seu funcionamento permanente, tinha uma contribuição muito importante. -----

----- Expôs que no programa operacional de sustentabilidade e eficiência do uso de recursos era determinada uma trajetória de crescimento sustentável, assente num modelo de desenvolvimento mais competitivo e mais resiliente, e com um menor consumo de recursos energéticos de forma a contribuir para a afirmação da estratégia Europa 2020, especialmente na prioridade relativa ao crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono assente numa utilização eficiente de recursos. -----

----- Descreveu que, naquele sentido, aquele concurso, bem como a estratégia preconizada naquele programa, impunham uma alteração de funcionamento que estava materializada naquela proposta, através de uma nova forma de procedimento concursal, -----

----- Saudou aquele procedimento concursal por permitir uma poupança imediata e, salientou que os números referidos eram todos eles inferiores ao consumo energético que iria ser feito. Ressaltou que o valor da contratação refletia, sempre, o valor da poupança realizada e que se deveriam de congratular por pertencerem a um Município que, de forma pioneira, dava início a um processo daquele género. -----

----- Contou que aquele processo se tinha iniciado em dois mil e onze, na altura em que havia sido criado o programa de eficiência energética da Administração Pública, por resolução de Conselho de Ministros em janeiro de dois mil e onze, tendo posteriormente sido instituído aquele Regime de Contratação Pública, que permitia aquela formação de contratos de desempenho energético, cujo procedimento concursal dependia do valor da poupança e não de um valor estabelecido à partida. Disse que as entidades adjudicantes eram empresas de serviços energéticos e que permitiam uma poupança de noventa por cento. -----

----- Ressaltou que em todas as circunstâncias, independentemente de as entidades adjudicantes serem ressarcidas em três, quatro, cinco ou seis anos, o valor a pagar à entidade adjudicante seria sempre inferior ao consumo que era realizado, permitindo uma poupança imediata. -----

----- Saudou aquela iniciativa da Câmara e disse que iriam votar a favor. -----

----- A Senhora Presidente colocou à votação a Proposta nº 269/2014. -----

----- **VOTACÃO** – a **Proposta nº 269/2014** foi **aprovada por maioria com os votos a favor** do PS, do MPT, do CDS-PP, do PAN, do PNP, de 4 IND, do PEV, do BE e do PCP e com a **abstenção** do PSD. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que iriam passar a um conjunto de dezasseis propostas que eram as propostas de repartição de encargos da aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes. -----

----- Disse que existiam, naquelas dezasseis propostas, algumas gralhas materiais que já haviam sido identificadas e que a Câmara tinha pedido para corrigir. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** introduziu, relativamente à problemática dos espaços verdes, que pelo menos naqueles últimos vinte anos a Câmara tinha recorrido sistematicamente à contratação de serviços externos para a manutenção dos espaços verdes.

----- Evidenciou que na altura em que tinham tomado posse, e contrariamente àquilo que então se verificava em outros serviços da Câmara, nomeadamente em relação à higiene urbana e em relação aos bombeiros, que aquele serviço se encontrava praticamente desmantelado, na maior parte das vezes por via da descentralização de competências, e explanou que a Câmara, a partir de certa altura, transferira, por delegação de competências, a manutenção de alguns espaços verdes para as respetivas juntas, provocando alguma hesitação relativamente ao momento em que aquele concurso deveria de ser lançado. -----

----- Recordou que todas, ou quase todas, as forças políticas presentes naquele Plenário já tinham lançado concursos idênticos, umas vezes por ajustes diretos, outras vezes como aquele que estavam naquele momento a lançar. Frisou que era um serviço público ter a manutenção dos espaços verdes e explicou que a Câmara era obrigada, tal como as freguesias, a manter as matérias que lhe estavam atribuídas e que era um serviço que tinha de prestar à população. Sustentou que era inadmissível que quer as freguesias, quer as câmaras não tratassem dos seus espaços verdes da melhor maneira possível. -----

----- Disse que naquele momento se encontravam em condições de manter os espaços verdes de forma exemplar, ou perto do exemplar e explicou. Disse que de um lado se encontravam as freguesias, face às transferências que haviam sido feitas e de outro estava a Câmara com os espaços estruturais que eram os espaços que tinham continuidade e que precisavam de ser consolidados para que pudessem concretizar o Plano Verde aprovado naquela Assembleia. -----

----- Salientou que estavam em condições de manter a estrutura ecológica principal da Cidade bem mantida, cuidada e pronta num espaço previsto entre um a dois anos. --

----- Ressaltou que existia, no entanto, uma polémica que acompanhava sempre aquele assunto que era o porquê de terem de recorrer a meios exteriores e não utilizarem meios próprios. Revelou que aquela polémica não tinha, naquele momento, solução. Referiu e frisou que aquele problema tinha atravessado todos os partidos que tinham tido responsabilidade naquela matéria, nomeadamente, desde o Bloco de Esquerda que já tinha sido por si representado na Câmara, até ao PCP quando tinha estado coligado com o PS. Sublinhou que todos tinham sentido necessidade de recorrerem ao “outsourcing”. -----

----- Explicou que o tinham feito por terem sentido uma dificuldade, na sua opinião, legal, uma dificuldade que tinha aumentado naqueles últimos anos e que residia no facto de não poderem contratar mais pessoas do que aquelas que eram permitidas por Lei. - -----

----- Enfatizou que estava a ser feito um esforço no sentido de a Câmara poder contratar trabalhadores e que tinham, naquele sentido, aproveitado todas as aberturas que tinham encontrado na Lei. Declarou que tinham apostado, até ao limite máximo de contratação de pessoas, no reforço de dois serviços extraordinários da Câmara, de duas áreas fulcrais, nomeadamente, na Higiene Urbana e nos Bombeiros. -----

----- Salientou que naquela altura apenas podiam contratar uma pessoa por cada quatro que saíssem, mas que apesar daquele impedimento, tinham conseguido fazer, naqueles últimos cinco anos, uma boa contratação para a Higiene Urbana e para os Bombeiros e, naquele momento, o mesmo com aqueles cento e cinquenta cantoneiros que pretendiam contratar para a Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Reforçou que a opção tinha sido não desgastar dois serviços que funcionavam bem em benefício de um outro que estava com muito pouca força.-----

----- Partilhou que ainda não tinha perdido a esperança e que desejava, no futuro, também poder apostar numa equipa de jardineiros para a Câmara, salientando que qualquer um daqueles concursos permitiam retirar terrenos àqueles concursos sempre que existissem meios próprios para os tratar. -----

----- Relativamente à Escola dos Jardineiros disse que a Divisão de Formação da Câmara estava a fazer um bom trabalho na formação de jardineiros e que estavam a fazer uma aposta muito séria na conjugação da Escola de Jardineiros com os viveiros, para que os jardineiros tivessem as melhores condições de trabalho possíveis. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que aquele conjunto de Propostas tinha um Parecer da Quarta Comissão, o qual se anexa à presente ata como anexo nº 11 e dela faz parte integrante.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre**, Deputado relator da Quarta Comissão, salientou que aquelas propostas, da duzentos e quarenta e seis à duzentos e sessenta e um, tinham todas o mesmo objeto, que era a autorização do lançamento de concurso para a aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes e, como tal, a Comissão decidira fazer um parecer único para aquelas Propostas.-----

----- Referiu que as conclusões recaíam mais na repartição de encargos, naquilo que era a verdadeira competência daquela Assembleia, mas que, em sede de Comissão, também tinham analisado o conteúdo político da Proposta, tendo sido destacados alguns pontos. -----

----- Mencionou que um deles estava relacionado com a restrição de recrutamento de recursos humanos por parte da Autarquia. Disse que a opção pela contratação externa para a manutenção de espaços verdes era possível e era, também, a forma de concentrar recursos humanos na Higiene Urbana e nos Sapadores Bombeiros.-----

----- Fez sobressair que, atendendo ao histórico de problemas de manutenção de alguns espaços verdes e à necessária estabilidade das empresas contratadas, a Proposta era feita por três anos, ou seja, até ao final daquele mandato.-----

----- Realçou o procedimento escolhido. Considerou que era uma boa escolha explicando, em seguida, que era orientado por princípios de racionalização de despesa pública; por uma economia de procedimentos, que também era grande; que permitia ainda a pro-flexibilização dos espaços verdes a incluir nos contratos e que permitia,

ainda, minimizar alguns dos problemas associados àquele tipo de contratos, nomeadamente os atos de vandalismo nos sistemas de rega.-----

----- Falou, ao nível do conjunto dos valores financeiros, dos preços base ou dos valores máximos. Explicou que se previa, através da experiência de outros concursos, que o conjunto de valores reais, ou os valores contrato, fosse sessenta por cento do preço base referido, que era o preço base que aquela Assembleia autorizava.-----

----- Considerou importante referir que tinham discutido, em sede de Comissão, o conjunto de critérios de responsabilidade social que as empresas, que iriam ser consultadas, deveriam de ter no âmbito daquele concurso. Evidenciou um outro ponto, também falado em sede de Comissão, relacionado com o facto de a Escola de Jardineiros continuar a capacitar as pessoas para a realização das suas funções. -----

----- Mencionou que algumas forças políticas consideravam que aquele tipo de Propostas deveria de baixar, também, à Comissão de Finanças por existir, no seu conteúdo, Repartição de Encargos.-----

----- Sintetizou que as Propostas se encontravam em condições de serem discutidas e que as forças políticas tinham reservado a sua posição política para aquele Plenário. ---

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** disse, em relação àquele conjunto de Propostas, que tinha ouvido atentamente a explicação do Senhor Vereador Sá Fernandes e revelou-se espantada com o carácter defensivo da intervenção do Senhor Vereador. -----

----- Explanou que o Senhor Vereador tinha começado por aligeirar as responsabilidades daquela vereação tendo, inclusive, referido que aquela situação tinha percorrido todos os Grupos Municipais, incluindo o PCP. Disse que em relação aos outros Partidos Políticos não se iria pronunciar mas que, em relação ao PCP, era verdade, tinha acontecido uma vez. Explicou que na altura, ou se defendia, naquele caso concreto, Monsanto, ou a situação seria absolutamente caótica, salientado que já se tinham passado cerca de vinte anos. -----

----- Seguidamente disse que, em segundo lugar, o Senhor Vereador tinha referido que não se podiam contratar mais pessoas uma vez que a prioridade da Câmara tinha ido para a contratação de bombeiros e trabalhadores de limpeza, prioridade com a qual se encontravam, obviamente, de acordo. Descartou a responsabilidade do PCP naquele ponto. Assegurou que aquela não possibilidade de contratação seria, quanto muito, do PSD e do Orçamento de Estado. -----

----- Frisou que não tinham responsabilidade naquela situação e que se encontravam de acordo com a contratação dos bombeiros e dos cantoneiros de limpeza, por serem, absolutamente, essenciais para a Cidade, focando, no entanto, que as greves dos lixos tinham pressionado a contratação de cantoneiros. -----

----- Relativamente àquele conjunto de Propostas, informou que a posição do PCP era de discordância face ao procedimento de “Outsourcing”. Expôs que em termos práticos a Câmara ia transferir cerca de dezassete milhões de euros para privados em detrimento do investimento que deveria de ser feito na capacitação e possibilidade de uma resposta dos próprios serviços. Declarou que não concordavam que a defesa do

serviço público passasse por transferir para o setor privado o recurso e as capacidades e que entendiam que aquele caminho podia e devia ser revertido. -----

----- Salientou que continuavam a considerar que o recurso a entidades externas se arrastava há anos e que se encontravam perante uma opção estratégica, com a qual não podiam estar de acordo e que iriam continuar a votar contra.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)**, relativamente àquele conjunto de propostas, que englobavam um conjunto de serviços para a manutenção e trabalhos de reabilitação de espaços verdes a cargo da Câmara Municipal, até ao final daquele mandato, num compromisso médio superior a cinco milhões de euros anuais, disse que a sustentabilidade ecológica era um dos alicerces do Partido da Terra. -----

----- Referiu que defendiam a manutenção e conservação de estrutura verde do Município como zona verde integrante, mas diferenciada pelas suas características próprias. -----

----- Aludiu o empenho e dedicação cívica do Presidente Honorário, o Arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles, na defesa dos corredores verdes que eram, finalmente, uma realidade na Cidade. -----

----- Defendeu que se as estruturas existiam, também existia a necessidade de as manter e preservar, pelo bem da Cidade e de todos aqueles que sentiam Lisboa.-----

----- Asseverou que o modelo de externalização do serviço para outras entidades não defendia o serviço público e contribuía para a delapidação da Câmara naquele setor. ---

----- Expôs que o Partido da Terra reconhecia aquela conjuntura e as limitações impostas ao recrutamento de pessoas para reforço da equipa de jardinagem municipal e que também reconheciam que, para algum trabalho mais especializado, fosse necessária contratação externa. -----

----- Acentuou que o Partido da Terra condenava veemente a política contínua de externalização, quase, total, bem como a falta de procura de soluções de forma a reverter o problema de escassez de recursos humanos no setor da jardinagem, fruto daquela política e da falta de aposta interna. Salientou que, naquela altura, as equipas estavam reduzidas ao mínimo e que a Escola de Jardinagem, que tinha como função assegurar a formação e reciclagem de profissionais, pouco trabalho realizava, que se dedicava apenas a algumas ações de educação ambiental. -----

----- Revelou que o Partido da Terra acreditava que podiam, que ainda era possível fazer algo. Disse que não era, com toda a certeza, possível resolver aquele problema de um dia para o outro e que, caso aquele Executivo estivesse interessado, era possível reverter, progressivamente, aquele modelo de “Outsourcing”, criando sinergias com outros setores e, naquele sentido, partilhou que em Lisboa estavam inscritos no centro de desemprego, em maio de dois mil e catorze, trinta e duas mil duzentas e vinte e nove pessoas, das quais quinze mil e oitenta e quatro procuravam emprego há mais de um ano e vinte e oito mil quinhentas e noventa e cinco procuravam novo emprego. Questionou se não seria possível uma parceria com o instituto do emprego e formação profissional, para dar uma nova oportunidade àquelas pessoas. -----

----- Lembrou que Lisboa possuía uma forte atividade associativa nos mais diversos setores, nomeadamente, associações de moradores, universidades sêniores, seis mil

trezentos e setenta e sete dos inscritos no Instituto de Emprego que possuíam mais de cinquenta e cinco anos, associações de pessoas com deficiência e, questionou se não poderiam ser criados contratos programas com aquelas instituições para dar uma ocupação aos seus utentes.-----

----- Afirmou que também a Escola de Jardinagem de Lisboa, recurso interno do Município, devia ter um papel mais ativo. Sugeriu uma articulação entre as escolas profissionais da Cidade, com o objetivo de obter um maior aproveitamento daquele equipamento, sempre com a coordenação e articulação do Departamento de Jardinagem do Município potenciando o conhecimento adquirido pelos profissionais daquele Município. -----

----- Declarou, face ao que havia sido exposto, que o Partido da Terra entendia que as Propostas submetidas pelo Senhor Vereador Sá Fernandes eram o resultado de uma falta de criatividade política para encontrar soluções alternativas ao “outsourcing” ao longo daqueles anos e que iriam votar contra aquelas Propostas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** revelou que a primeira reação do PAN àquela Proposta tinha sido de rejeição. Explicou que não lhes parecia aceitável que se pudesse prolongar, indefinidamente, uma situação de “outsourcing” num setor da cidade de Lisboa como o da jardinagem. -----

----- Expôs que o tinham transmitido na Comissão e que também tinham transmitido qual a posição do PAN relativamente à questão da falta de pessoal no setor da jardinagem. Disse que, na opinião do PAN, se deveria, preferencialmente e na impossibilidade de se contratarem mais pessoas, se desenvolver algum esforço interno para se contratarem, internamente, novos jardineiros para formação. Explicou que existiam muitas pessoas desiludidas com a sua profissão e que nada melhor do que uma nova atividade para motivar as pessoas, sem, obviamente, perderem de regalias. --

----- Disse que existia um núcleo de trabalhadores com *Know-How*, composto por seis trabalhadores no setor de jardinagem e outros oitenta a tempo parcial, que poderiam, em conjunto com a Escola de jardinagem, recriar um corpo de jardineiros que desse conta das Propostas que se encontravam em apreciação. -----

----- Salientou que não poderiam deixar a Cidade sem os cuidados de jardinagem de que carecia e que por isso, e também por acreditarem que a Câmara acreditava que aquela situação do quadro de jardineiros podia ser revertida, iriam votar a favor, iriam dar o voto de confiança à Câmara. -----

----- **A Senhora Deputada Cláudia Madeira (PEV)** começou por referir que as Propostas números duzentos e quarenta e seis à duzentos e sessenta e um previam o lançamento do concurso para aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes para um conjunto de zonas da cidade de Lisboa. Acrescentou que a Câmara Municipal de Lisboa pretendia, com aquelas Propostas, dar cerca de dezassete milhões de euros a empresas externas ao invés de investir nos seus próprios serviços de forma a poderem responder às necessidades do Município. -----

----- Acentuou que aquela tinha sido, naqueles últimos anos, a opção daquele Executivo, despender dinheiro com entidades privadas e esvaziar cada vez mais os serviços municipais. -----

----- Transmitiu que “Os Verdes” entendiam que aquele não era o caminho a seguir, razão pela qual, ao longo daqueles últimos anos, tinham defendido outra política de gestão ambiental e tinham apresentado inúmeras propostas, que tinham sido aprovadas e que iam no sentido de apresentar e implementar uma estratégia séria e sustentável para a gestão e manutenção dos espaços verdes da Cidade, referindo, num à parte, que continuavam à espera que fosse apresentada, e, continuou, no sentido de se investir em recursos Municipais para a execução daqueles serviços. -----

----- Relembrou que tinham, repetidamente, ao longo daqueles últimos anos, alertado aquela Assembleia para os riscos da não adoção, pelo pelouro dos espaços verdes, de medidas que permitissem com antecipação dimensionar os meios técnicos e humanos às necessidades do Município. Realçou que a realidade era que continuavam a escutar, repetidamente, que se pretendia uma otimização e uma rentabilização dos recursos, no entanto aquilo a que continuavam a assistir era a uma constante aposta na privatização daquele tipo de serviços. -----

----- Referiu que o Senhor Vereador podia apresentar, naquela altura, desculpas e justificações e dizer que a Câmara não podia colocar mais pessoal, que aquela não era a situação ideal e que só existia aquela alternativa para a manutenção os espaços verdes. -----

----- Alertou que era importante não se esquecerem que, primeiro, em termos de redução de pessoal, a Câmara Municipal de Lisboa tinha ultrapassado os limites impostos por Lei; segundo, que o Senhor Vereador não se tinha juntado àquela equipa apenas naquele mandato, salientando que tinha responsabilidades naquela área há muitos anos e asseverando que podia ter feito as coisas de forma diferente. Intuiu que se o tivesse feito talvez não se encontrassem naquele momento a discutir aquelas Propostas. -----

----- Declarou que tinha estado na mão do Senhor Vereador a criação de condições internas para evitar mais um role de fornecimento de serviços a privados, no entanto, a opção fora a de esvaziar serviços que já se encontravam debilitados e a precisar de reforço para, posteriormente, se externalizar apenas por uma questão de opção estratégica. -----

----- Realçou que o Senhor Vereador também poderia alegar que não era obrigatório contratar aqueles serviços por três anos e que assim que a Autarquia tivesse condições se poderiam transferir aqueles serviços para a Câmara. Duvidou que alguém acreditasse naquilo. Afirmou que aquele Executivo, tendo um contrato por três anos, nem se iria preocupar, na sua opinião, erradamente, em dinamizar os recursos disponíveis para a manutenção daqueles espaços. -----

----- Reforçou que “Os Verdes” tinham uma posição bastante crítica relativamente à privatização de serviços de espaços verdes e que iriam manter aquela posição em relação àquele conjunto de Propostas. Concluiu que por todas aquelas razões e por não acompanharem aquelas Propostas, nem a opção estratégica adotada não iriam viabilizar aquele conjunto de Propostas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** disse que a Proposta apresentada pelo Senhor Vereador Sá Fernandes merecia, da parte daquele Partido, três comentários. -----

----- Começou por salientar que aquilo que todos esperavam do objetivo da divisão entre espaços estruturantes e espaços não estruturantes era uma gestão competente e direta. Considerou que faria todo o sentido que a opção, relativamente àquele tipo de espaços fosse um modelo de gestão direta. -----

----- Seguidamente, em segundo lugar, assinalou que não sendo um modelo de gestão direta, tratando-se de um modelo de externalização de serviços, no âmbito da Reforma Administrativa, faria todo o sentido envolver as juntas de freguesia naqueles processos. Explicou que se uma das coisas que o próprio espírito da Reforma Administrativa identificava, como sendo uma característica do processo de gestão das juntas de freguesia, era o “ganhos de eficiência”, então também faria todo o sentido envolver as juntas naquele processo. -----

----- Comentou, em terceiro lugar, e mais direcionado à Freguesia da Estrela, que tinha reunido, no mês anterior, com o Senhor Vereador daquele Pelouro. Contou que o Senhor Vereador tinha dito, naquela reunião, que existia a possibilidade de os espaços verdes que estavam estruturantes ficarem sobre modelo de gestão da junta de freguesia e, salientou que naquele dia tinham assistido, sem aviso prévio, a uma atribuição por três anos, por outras palavras, até ao final daquele mandato, daqueles espaços. -----

----- Questionou de que é que servia reunir com o Senhor Vereador se em determinado momento, nomeadamente nas reuniões, dizia uma coisa e, depois, em reunião de sede dizia outra. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Drago (BE)** disse que discutiam naquele dia um conjunto numeroso de propostas de compromisso financeiro plurianual, apresentado pelo Senhor Vereador Sá Fernandes, que confrontava aquela Assembleia com montantes relevantes. -----

----- Apontou que o Senhor Sá Fernandes tinha apresentado um conjunto de argumentos para aquela contratação externa, argumentos que contavam a história da Câmara ao longo daqueles últimos anos, que falavam do recurso sistemático à contratação externa no que ao cuidado da manutenção e espaços verdes e dos jardins dizia respeito, salientando que se tinham prolongado por vários executivos e, constrangimentos que eram conhecidos de todos, nomeadamente as limitações à contratação. -----

----- Expressou que não duvidavam da boa vontade do Senhor Vereador, da sua persistência na manutenção dos espaços verdes, da sua batalha da implementação e execução do Plano Verde e, saudou o anúncio da realização de um conjunto de protocolos com associações da sociedade civil. Salientou que a verdade era que as Propostas apresentadas eram, no fundo, a manutenção do problema e não a sua solução. -----

----- Disse que, aparentemente, alguns Grupos Municipais, nomeadamente aqueles cujos Partidos Políticos tinham criado aqueles constrangimentos na contratação

pública, eram favoráveis ao facto de a Câmara poder encarar, no futuro, a possibilidade de criar um quadro de jardineiros próprio com contratação própria evitando aquele recurso sistemático à contratação externa. -----

----- Frisou que o Senhor Vereador apresentava naquele dia um conjunto de compromissos plurianuais, logo não eram uma estratégia, pelo contrário, apresentavam uma estratégia continuada de prolongar aquela contratação externa até dois mil e dezassete. Expôs que era com aquele ponto, com aquela dificuldade que o Bloco de Esquerda se via confrontado. Reforçou que não duvidavam da boa vontade do Senhor Vereador, no entanto, a verdade era que o Senhor Vereador não apresentava nenhuma estratégia para que a Câmara conseguisse, no futuro, ter o seu próprio quadro de jardineiros, que conseguisse assegurar a manutenção dos espaços públicos. -----

----- Assumi que todos tinham presente que o mundo estava sempre em mudança e que dois mil e quinze poderia ser um ano importante. Mencionou que naquela altura existia um conjunto de constrangimentos legais que poderiam não continuar, que poderiam deixar de existir e que o Senhor Vereador não contemplava aquela hipótese.-----

----- Declarou que o Bloco de Esquerda sentia muita dificuldade em acompanhar as propostas do Senhor Vereador. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (Independente)** lembrou que se encontravam reunidos naquele Plenário para apreciação das Propostas números duzentos e quarenta e seis a duzentos e sessenta e um de dois mil e catorze, referentes ao lançamento de concursos para a aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes e submissão àquela Assembleia da respetiva submissão de encargos. -----

----- Sublinhou que não eram Propostas fáceis de analisar. Disse que tinham escutado, em reunião de Comissão, o Senhor Vereador Sá Fernandes e que o Senhor Vereador justificara aquela necessidade de recursos ao “outsourcing” com a redução de jardineiros que se verificara nos quadros da Câmara e que também tinha esclarecido que havia sido estratégia da Câmara concentrar aqueles jardineiros em espaços específicos do Município, nomeadamente, nos viveiros da Câmara e, entre outros, na Praça do Império. -----

----- Partilhou que o Senhor Vereador referira ainda que a Câmara tinha continuado a dar formação a jardineiros e, num à parte, realçou a importância da escola de jardineiros, defendida por aquele Grupo Municipal. -----

----- Recordou a intervenção que a Senhora Deputada Maria do Céu Guerra tinha feito naquela Assembleia. Recordou que a Senhora Deputada se tinha referido, acima de tudo, às condições de trabalho que os funcionários tinham aquela altura, condições que posteriormente tinham sido, reconheceu, substancialmente melhoradas. -----

----- Salientou que, na opinião dos Deputados Municipais, a solução não deveria, por princípio, passar pela contratação externa e deveria de existir um investimento na Câmara para a contratação de pessoal para os espaços verdes, no entanto, concordavam com as prioridades da Autarquia na contratação de pessoal, referindo-se à Higiene Urbana e aos Sapadores Bombeiros.-----

----- Revelou que, na opinião dos Deputados Independentes, a Autarquia deveria de manter a Escola de Jardineiros em funcionamento e, saudaram a disponibilidade manifestada pelo Senhor Vereador Sá Fernandes em abrir lugares para a contratação de jardineiros pelo que consideravam que aquela Proposta era temporária e, por conseguinte, também necessária, pelo que iriam votar a favor da mesma, condicionando aquele voto ao comprometimento do Senhor Vereador em manter e abrir lugares para a Escola de Jardineiros assim que fosse possível.-----

----- Realçou duas questões adicionais, nomeadamente a promessa de que, no futuro, poderia existir a possibilidade de as associações e outras entidades poderem participar naquela questão e a escolha do procedimento adotado que seguia princípios de racionalização de despesa pública e economia procedimental que também defendiam. -

----- Sublinhou que embora não considerassem que aquela fosse, à partida, a opção correta, era, naquele momento, necessária, pelo que iriam votar a favor, reforçando a crença de que a Escola de Jardineiros iria voltar a florescer.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** começou por dizer que se encontravam perante um conjunto de Propostas que faziam face há situação daquele momento. Referiu que já havia sido mencionado vários vezes naquele Plenário a estratégia futura para contratação, ou a estratégia de “outsourcing” versus contratação e resolução interna do problema da falta de jardineiros para a manutenção dos espaços verdes.-----

----- Salientou que naquele momento tinham de solucionar aquela situação, e que naquelas condições, com as condicionantes que tinham de contratação, aquela era a solução para a manutenção dos espaços verdes.-----

----- Realçou que não tinham de ficar presos ao acordo quadro. Explicou que aquele teto de dezassete milhões de euros era um teto máximo e que nem a contratação chegava a tanto, de acordo com os procedimentos e os concursos que iam sendo abertos, nem a Câmara era obrigada a fazer aquela contratação, salientando que podia, a qualquer momento, devolver a gestão e manutenção daqueles espaços aos jardineiros da Câmara ou, ainda, por protocolo com Associações.-----

----- Considerou importante ressaltar que num procedimento com um Acordo-Quadro, o valor referido não era aquele que era pago às entidades adjudicatárias, e que só por desconhecimento ou alguma tentativa de tratar o problema de uma forma mais leviana é que poderiam afirmar que se tratava de uma transferência de dezassete milhões para o privado.-----

----- Dirigiu-se ao Senhor Deputado António Arruda questionando se não tinha estado atento à audição que tinham feito ao Senhor Vereador e ao Parecer que havia sido emitido pela Comissão de Ambiente, porque tinham falado várias vezes, enfatizando que tinham chamado a atenção da Câmara para importância e continuação daquele processo, que se deveriam de manter vigilantes, para que a contratação de pessoas fosse feita por protocolos com Associações, que a formação daquelas pessoas fosse feita na Escola de Jardinagem, uma vez que a Escola mantinha a sua vertente na área da formação e que, ao contrário daquilo que fora dito, não se resumia apenas a ações de educação ambiental. Salientou a existência de Protocolos com o IEFP,

protocolos com associações de pessoas com deficiência, com associações da sociedade civil e que, em sede Comissão, tinham transmitido à Câmara que iriam estar atentos para perceber se aquela estratégia iria ser prosseguida e aprofundada. Admitiu que teria sido alguma falta de atenção na leitura do Parecer emitido pela Comissão do Ambiente.-----

----- Declarou que não podiam acompanhar a visão idílica do PAN de que o problema poderia ser solucionado por alguns elementos da Câmara, ou de pessoas que trabalhassem na Câmara que, estando desiludidas com a sua profissão, tivessem a oportunidade de mudar de profissão sem perda de regalias. Explicou que, primeiro, o número de pessoas necessárias não era suficiente e, em segundo lugar, nada garantia que um técnico superior, que estivesse num gabinete, tivesse a formação necessária para manter os espaços verdes da Cidade e que, naquela medida, a solução para ser profissional, tinha de ser uma solução integrada, que respondesse a todas as necessidades. -----

----- Frisou que aqueles dezassete milhões de euros de teto máximo não eram apenas para recursos humanos. Disse que eram também para responder às necessidades dos equipamentos, da manutenção dos equipamentos e todos os meios necessários à manutenção dos espaços verdes e que tinham de fazer face não apenas à despesa da contratação mas, também, de fazer face a todas aquelas despesas referentes à manutenção dos espaços públicos, motivo pelo qual o PS tinha de acompanhar aquelas Propostas, na medida em que eram uma solução que garantia, por um lado, uma poupança de recursos, devido ao procedimento concursal escolhido e, por outro, uma garantia de continuidade na qualidade do serviço prestado ao Município pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Referiu ainda, relativamente àquela matéria, e expondo que tinham manifestado em sede de comissão aquela preocupação ao Senhor Vereador, que iriam estar atentos para a possibilidade de algumas das zonas que estavam naquele momento ao abrigo daquele acordo-quadro e dos contratos que viessem a ser celebrados ao abrigo daquele acordo, pudessem passar para as juntas de freguesia ou para os protocolos com as referidas associações, de forma a que aquela situação pudesse colmatar uma boa parte das necessidades.-----

----- Relativamente aos jardineiros do quadro do Município, reforçou que era importante melhorar as condições de trabalho na Escola de Jardinagem, as condições dos viveiros e a reserva, para os jardineiros da Câmara, dos espaços nobres da Cidade, conferido a devida importância ao trabalho desenvolvido. -----

----- Lembrou que, relativamente àquela matéria, um Acordo-Quadro era um instrumento legal que permitia alguma poupança de recursos e que não era um compromisso plurianual, realçou que um Acordo-Quadro permitia a celebração de contratos, e que estavam naquela sala a tratar da repartição dos encargos totais máximos ao longo daqueles três anos, mas que não era, salientou, um compromisso, ou seja, naquele momento não se estava a pedir que aquela verba fosse aplicada na totalidade. Declarou que iriam votar favoravelmente.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** começou por dizer que não se podia ter esperado outra coisa da intervenção do Senhor Vereador Sá Fernandes que, afirmou, era um dos responsáveis da transformação da cidade de Lisboa num grande parque temático patrocinado pelo Continente, pela NÓS, em que fechava abusivamente espaços públicos para fazer exposições de carros, marcas automóveis, grandes piqueniques e que ainda se estavam por conhecer o retorno daquelas iniciativas, ou daquela transformação de Lisboa num parque temático. -----

----- Apontou que não tinham esperado que o Senhor Vereador tivesse, por um lado, responsabilizado outros partidos por algo que apenas ao Senhor Vereador poderia ser imputado, nomeadamente a opção pela privatização e a opção pela contratação, sem quaisquer direitos dos trabalhadores dos jardins, e que, por outro lado, tinha ignorado deliberadamente o processo de luta do STML e dos trabalhadores da CML que, após sucessivas greves, tinham levado a Câmara a recuar e a reconhecer que era necessário contratar aqueles trabalhadores e que naquele momento o iriam fazer recorrendo a mecanismos de legalidade duvidosa.-----

----- Asseverou que era um insulto afirmar que as empresas de trabalho temporário davam direitos aos trabalhadores, e que se o Senhor Vereador conhecesse a realidade das empresas de trabalho temporário saberia que aquilo que a Câmara pagava àquelas empresas não se traduzia no salário dos trabalhadores. Salientou que estavam a falar de direitos e não de regalias, de direitos conquistados com muitos anos de luta e muito trabalho e que aquelas empresas faziam vínculos ilegais com os trabalhadores, que eram contratados para postos permanentes, para trabalho permanente e eram contratos através de contratos mensais, anuais, quando, na realidade, aquele posto de trabalho existia e precisava de ser preenchido.-----

----- Realçou que o PCP sempre defendera o preenchimento do quadro para os trabalhadores e que aquilo que o Senhor Vereador tinha afirmado em relação ao PCP era mentira. Declarou que nunca tinham defendido uma situação daquelas e garantiu que nunca iriam fazer. Disse que todo aquele processo era o resultado da luta dos trabalhadores e que aquilo que a Câmara estava a fazer, comprometendo-se com ilegalidade e com um não reconhecimento dos direitos, era uma saída airosa, algo que considerou absolutamente inadmissível para um órgão de poder local. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, numa interpelação à mesa, solicitou um pedido de esclarecimento relativamente à intervenção da Senhora Deputada Lúcia Gomes. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)** expôs que o pedido era telegráfico e se prendia com o âmago daquele debate. Quis saber o que é que a Senhora Deputada faria. -----

----- Sublinhou que todos concordavam que era necessário valorizar o trabalho e a entrada nos quadros quer da Câmara Municipal, quer das juntas. Disse que já o tinham manifestado em reuniões tidas com os sindicatos, que o tinham feito na junta do Lumiar e assim o tinham feito na Câmara, mas esbarravam num constrangimento legal que impedia a contratação.-----

----- Indagou, perante aquele cenário, como é que a Senhora Deputada resolveria as necessidades de manutenção dos espaços verdes da Cidade perante uma impossibilidade legal de proceder à contratação de pessoal. -----

----- Pediu à Senhora Deputada para responder, caso conseguisse, àquela questão, ou, no caso de não o conseguir fazer, para votar a favor.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** lembrou que aquela situação não era recente e que quando falavam de impossibilidades legais era necessário recordar que aquelas impossibilidades legais eram o resultado do Orçamento de Estado para dois mil e dez, de um Governo PS e que tinha sido a primeira vez que se tinha introduzido a impossibilidade de contratação de trabalhadores para a administração pública e que o PS não se podia esquecer do processo histórico que antecedia aquela situação. -----

----- Salientou que as referidas impossibilidades legais eram o resultado das ações do PS, do PSD e do CDS-PP. -----

----- Declarou que não estavam fartos de demagogia e que não precisavam de um Professor Universitário que conhecia Direito e que sabia que aquilo que a Câmara estava a fazer era violar a Lei. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves**, em defesa da honra, disse, uma vez que a sua qualidade de docente universitário na área de direito tinha sido evocada, questionando os seus conhecimentos de ordem jurídica, que a ordem jurídica estava em vigor, que podiam concordar ou não com ela, mas que estava em vigor e, estando em vigor, aquela Câmara, aquela Assembleia eram obrigadas a cumprir a Lei em vigor. -----

----- Solicitou à Senhora Deputada que não acusasse os outros de não conhecerem a Lei, uma vez que era a Senhora Deputada que a ignorava olímpicamente e que pretendia resolver um problema sem apresentar soluções. Sustentou que aquilo que o PS estava a fazer era cumprir a Lei, que não gostavam, mas estava em vigor e era para cumprir. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes**, em contra protesto, expôs que o cumprimento da Lei se fazia pela contratação de pessoas com vínculo permanente para trabalho permanente. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, numa interpelação à mesa, expôs que com aquele debate tinham ficado na dúvida relativamente à questão das soluções. Questionou se não se poderia seguir, para aquela área, um processo de contratação igual ao que estava em curso para a Higiene Urbana. -----

----- **A senhora Presidente** explicou que aquilo que o Senhor Deputado estava a fazer não era uma interpelação à mesa mas sim um pedido de esclarecimento e que, tratando-se de um pedido de esclarecimento, a mesa não tinha condições de responder naquela altura. -----

----- Informou que iriam discutir, no dia oito, em profundidade aquela questão de contratação, salientando que naquele momento o que estava em discussão eram as repartições de encargos daquelas dezasseis propostas. -----

----- Seguidamente deu a palavra ao Senhor Vereador Sá Fernandes. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** assegurou que era da sua vontade, enquanto Vereador da estrutura verde da cidade de Lisboa, que assim que fosse possível, assim que a Câmara pudesse contratar jardineiros, fazê-lo. -----

----- Expôs que o problema era que naquele momento não o podia fazer, sendo necessário esperar. Acrescentou que se o pudessem fazer em dois mil e quinze, caso a Lei mudasse, o fariam, salientando que, no entanto, precisavam de cerca de mil jardineiros e que de certeza que em dois mil e quinze, mesmo que houvesse uma alteração na Lei, não iriam conseguir contratar mil jardineiros. -----

----- Expressou que aquele Acordo-Quadro, com previsão para três anos, permitia retirar alguns espaços à medida que fossem conseguindo um corpo de jardineiros. -----

----- Asseverou que era impossível contratar mil jardineiros, mais os equipamentos necessários ao desempenho da função e que naqueles últimos sete anos não tinha existido nenhum desinvestimento na área da jardinagem. Declarou que tinham herdado o setor da jardinagem tal como se encontrava, exatamente com aqueles jardineiros. Especificou que tinham mantido os mesmos jardineiros, cerca de noventa jardineiros no ativo e oitenta que, pela idade, se encontravam em serviços moderados, mas que estavam a ser aproveitados para os viveiros e para a formação. Reforçou que não tinham desinvestido naquela área que, pelo contrário, estavam a investir nos jardineiros, nos balneários dos jardineiros. -----

----- Disse que aquela era uma resposta muito clara para o Bloco de Esquerda e para o PCP, que era, também, o cumprimento da promessa que tinha feito aos independentes, ou, na Comissão, ao PS e aos outros Partidos e, reforçou que assim iria ser.-----

----- Realçou que estavam a terminar as obras no edifício dos jardineiros no Campo Grande, que estavam a investir nos balneários dos jardineiros da Quinta de Conde de Arcos e que se, efetivamente, não pretendessem investir nos jardineiros não estariam a fazer aqueles investimentos. -----

----- Acentuou que há sete que não podiam contratar ninguém e que não podiam ter os espaços sem manutenção e que por isso recorriam ao “outsourcing”.-----

----- Referiu que aquele conjunto de Propostas era completado por outras seis, referentes a Monsanto. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que tinha terminado o debate daquele extenso pacote de propostas-. Salientou que o debate tinha sido feito em conjunto mas que as propostas iriam ser votadas individualmente. Pediu a atenção de todos. -----

----- Seguidamente deu início à votação.-----

----- **PROPOSTA Nº 246/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 014AQ/1A/7C/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 1A/7C - PRAZERES AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO,** a qual se anexa à presente ata como anexo nº 12 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 246/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNP e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 247/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 012AQ/1C-1D-5C – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 1C-1D-5C - AREEIRO E SÃO VICENTE AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 13 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 247/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNP e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 248/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 016AQ/2A-BELAVISTA/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 2A-BELAVISTA AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 14 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 248/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNP e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 249/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 017AQ/2A-VALE DE CHELAS/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 2A-VALE DE CHELAS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 15 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 249/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNP e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 250/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 015AQ/2B/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 2B – VALE FUNDÃO AO ABRIGO DO**

ACORDO QUADRO, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 16 e dela faz parte integrante. -----

----- VOTACÃO – a **Proposta nº 250/2014** foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNP e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- PROPOSTA Nº 251/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 005AQ/3A-3C-3D-OLIVAIS/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 3A-3C-3D-OLIVAIS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 17 e dela faz parte integrante. -----

----- VOTACÃO – a **Proposta nº 251/2014** foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNP e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- PROPOSTA Nº 252/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 004AQ/3B/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 3B – PARQUE DAS NAÇÕES AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 18, e dela faz parte integrante. -----

----- VOTACÃO – a **Proposta nº 252/2014** foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNP e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- PROPOSTA Nº 253/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 03AQ/4A/6A – SÃO DOMINGOS DE BENFICA - ALVALADE /2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 4A/6A – SÃO DOMINGOS DE BENFICA - ALVALADE AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 19 e dela faz parte integrante. -----

----- VOTACÃO – a **Proposta nº 253/2014** foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNP e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- PROPOSTA Nº 254/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 006AQ/4B-CONCHAS/2014 –

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 4B-CONCHAS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 20 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 254/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNPB e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 255/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 007/AQ/4B-TELHEIRAS/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 4B-TELHEIRAS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 21 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 255/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNPB e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 256/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 010AQ/4C-AMEIXOEIRA/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 4C-AMEIXOEIRA AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 22 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 256/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNPB e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 257/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 009AQ/4C-VALE GRANDE/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 4C-VALE GRANDE AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 23 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 257/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNPB e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 258/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO**

PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 013AQ/5A/2014– AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 5A - JARDIM AMÁLIA E MARQUÊS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 24 e dela faz parte integrante.-----

----- **VOTACÃO** – a Proposta nº 258/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNPB e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 259/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 008AQ/5B/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 5B - CAMPOLIDE AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 25 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTACÃO** – a Proposta nº 259/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNPB e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 260/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 002AQ/6B/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 6B – BENFICA CARNIDE AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 26 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTACÃO** – a Proposta nº 260/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNPB e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **PROPOSTA Nº 261/2014 - APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO Nº 011AQ/7A/7B/2014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PARA A ZONA 7A - 7B ZONA OCIDENTAL AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 27 e dela faz parte integrante. -----

----- **VOTACÃO** – a Proposta nº 261/2014 foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PAN, do PNPB e de 6 IND e com os votos contra do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV e do MPT. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que tinham chegado ao fim da Ordem de Trabalhos daquele dia. Informou que na semana seguinte iriam ter Declarações

Políticas, as Propostas relativas à contratação dos trabalhadores para a higiene e limpeza e para o Regimento de Sapadores Bombeiros e, também, duas propostas relativas a uma delegação de competências para as juntas de freguesia de Alvalade e do Areeiro. Desejou uma boa semana a todos. -----

----- Eram dezoito horas. -----

----- Eu _____, Chefe de Gabinete, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----